

DECLARAÇÃO PELA SAÚDE

A saúde é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento sustentável de qualquer sociedade. Num contexto global caracterizado por desafios crescentes, como o envelhecimento da população, o aumento da complexidade das patologias, as desigualdades no acesso a cuidados de saúde e a evolução tecnológica, torna-se essencial promover um espírito colaborativo entre entidades que seja centrado nos objetivos comuns de progresso social do país.

A **Declaração pela Saúde** exorta à mobilização de 50 entidades do setor privado e social na construção de um futuro em que a saúde seja um direito universal, de fácil acesso e capaz de garantir que o aumento da esperança de vida seja acompanhado da respetiva qualidade da mesma para toda a nossa população.

Pretende promover a transformação do sistema de saúde, com uma visão que priorize a longevidade saudável, a qualidade de vida e a humanização dos cuidados. Ao adotar uma abordagem holística, procura valorizar todos os fatores que influenciam a saúde, incluindo as determinantes sociais, ambientais, económicas e culturais, as quais são cruciais para a saúde e o bem-estar da população portuguesa.

A proximidade e a capilaridade dos cuidados de saúde são fatores determinantes para a eficácia de um sistema de saúde justo e equitativo, e que seja capaz de promover a literacia em saúde junto de todos os cidadãos. Ao integrar as especificidades territoriais e respeitar as realidades locais, pretende-se fortalecer um sistema que seja acessível, inclusivo e orientado para as necessidades concretas da população.

A colaboração interinstitucional e intersectorial é a chave para a construção de um sistema de saúde verdadeiramente sustentável, inovador e resiliente, capaz de enfrentar os desafios de um futuro incerto e de transformar a sociedade, colocando as pessoas no âmago das decisões sobre a sua organização.

A construção de um sistema de saúde mais sustentável, justo e inclusivo requer a adoção de princípios sólidos, que se materializem em ações concretas, dirigidas a resultados tangíveis. As entidades signatárias da presente Declaração estabelecem um consenso alargado quanto aos princípios que permitem:

- 1. Transformação da jornada de saúde da pessoa:** a pessoa deve ser o foco da prestação, cujos cuidados não devem ser apenas relativos à doença, mas sim preventivos, proativos e personalizados. Este princípio implica uma abordagem individualizada e participada, em que a jornada de saúde da pessoa se ajusta às suas necessidades e preferências, implicando um papel ativo na gestão da sua saúde;
- 2. Resultados em saúde:** o sucesso de um sistema de saúde deve ser medido pelos seus resultados, que devem ser concretos e mensuráveis. A ênfase deverá estar não apenas na redução da mortalidade e na cura das doenças, mas também na promoção da saúde, na melhoria da qualidade de vida, no aumento da longevidade saudável e na implementação de políticas preventivas eficazes;
- 3. Saúde em todas as políticas:** as políticas públicas devem partir do reconhecimento dos múltiplos fatores que influenciam o bem-estar dos ecossistemas. As condições de vida, os hábitos alimentares, o nível de educação, o ambiente de trabalho, a atividade física e a saúde mental são elementos que devem ser tratados de forma integrada e interdependente;
- 4. Transmissão de conhecimento:** a partilha do conhecimento entre as diferentes entidades é essencial para o progresso contínuo e a inovação no sistema de saúde. Este princípio envolve não só a partilha de boas práticas e experiências bem-sucedidas, mas também o desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem contínua, em que a formação dos profissionais de saúde e a educação para a promoção de hábitos de vida saudável sejam uma prioridade. A disseminação do conhecimento científico, as boas práticas clínicas e a utilização de tecnologias avançadas devem ser promovidas de forma acessível, sistemática e inclusiva;

5. Acessibilidade e capilaridade dos cuidados de saúde: a acessibilidade geográfica e a capilaridade das instituições de saúde são condições fundamentais para garantir a equidade no acesso aos cuidados de saúde. Este princípio implica que os serviços de saúde estejam presentes de forma abrangente e eficaz em todo o território nacional, atendendo tanto às zonas urbanas como às zonas rurais. O sistema de saúde deve ser adaptado à realidade de cada território, com soluções que garantam a proximidade dos cuidados e a eliminação das barreiras ao acesso, seja por fatores geográficos, económicos ou sociais;

6. Promoção do bem-estar e da qualidade de vida: as políticas públicas devem fomentar espaços públicos seguros e acessíveis, promovendo a adoção de hábitos saudáveis e a prevenção de doenças. Devem também priorizar medidas que tenham em consideração a saúde mental, tal como criar condições que garantam um envelhecimento ativo. Em todas as fases da vida, as pessoas devem poder viver de forma plena, com qualidade de vida e com acesso às condições necessárias para o seu bem-estar;

7. Inovação e sustentabilidade: a inovação no setor da saúde é crucial para garantir um sistema eficiente e adaptado às necessidades de uma população em constante mudança. Inclui a promoção de tecnologias e modelos de gestão inovadores, que permitam melhorar a eficiência do sistema e aumentar o acesso aos cuidados. A sustentabilidade deve ser garantida através de modelos de financiamento que sejam capazes de responder aos aumentos de procura, garantindo, ao mesmo tempo, a equidade no acesso;

8. Parcerias locais e coesão territorial e sociodemográfica: as comunidades locais devem ser envolvidas de forma ativa na definição de soluções de saúde que respondam às suas necessidades específicas. A promoção da saúde deve ser vista como uma responsabilidade coletiva, envolvendo não só os profissionais de saúde, mas também as autarquias, organizações sociais, escolas, associações culturais e outras entidades da sociedade civil. A criação de redes de apoio e o fortalecimento da colaboração entre estas entidades locais deve ser uma prioridade.

Lisboa, 15 de outubro de 2025

Associação Nacional das Farmácias	Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia	Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior	Ordem dos Biólogos
Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica	Associação Portuguesa de Hospitalização Privada	Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade Fernando Pessoa	Ordem dos Enfermeiros
Associação de Distribuidores Farmacêuticos	Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade do Algarve	Ordem dos Farmacêuticos
Associação de Farmácias de Portugal	Associação Portuguesa de Medicamentos pela Equidade em Saúde	Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra	Ordem dos Médicos Dentistas
Associação de Grossistas de Produtos Químicos e Farmacêuticos	Associação Portuguesa de Seguradores	Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa	Ordem dos Nutricionistas
Associação Dignitude	Associação Portuguesa dos Importadores e Exportadores de Medicamentos	Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto	Ordem dos Psicólogos
Associação Nacional de Cuidadores Informais	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	Federação Nacional das Associações de Doenças Crónicas	Pharmaceutical Group of the European Union
Associação Nacional de Freguesias	Confederação Empresarial de Portugal	Fórum Nacional de Estudantes de Saúde	Plataforma Saúde em Diálogo
Associação Nacional dos Médicos de Saúde Pública	Conselho Português para a Saúde e Ambiente	Fórum Saúde XXI	Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde
Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica	Egas Moniz School of Health & Science	Health Cluster Portugal	União das Associações de Doenças Raras de Portugal
Associação Portuguesa das Empresas de Dispositivos Médicos	Escola de Ciências e Tecnologias da Saúde da Universidade Lusófona	Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto	Universidade de Évora
Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares	Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa	Instituto Universitário de Ciências da Saúde – CESPU	VALORMED – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens e Medicamentos
		International Pharmaceutical Federation	World Pharmacy Council